

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2022

DENOMINAÇÃO INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"

MORADA Largo das Oliveiras – Quinta do Cruzeiro

N. ANDAR LOCALIDADE Ermesinde

FREGUESIA Ermesinde

CONCELHO Valongo

COD. POSTAL 4445-419

EM ____/____/____

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Ermesinde, Ermesinde

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

INSTITUTO DO BOM PASTOR
"HAURIETIS AQUAS"
Quinta do Cruzeiro • 4445-538 Ermesinde

NIPC 500 868 522

Tel. 229 740 458

institicao@ibompastor.pt

Freguesia de Santa Maria da Silva

Município de Porto de Mós

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 500868522

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	248 762,06	227 493,62
Investimentos financeiros	10.1	4 724,35	3 825,99
		253 486,41	231 319,61
Ativo corrente			
Inventários	5	409,50	202,59
Estado e outros entes públicos	10.7	1 778,73	2 760,34
Diferimentos	10.3	25 025,16	36 459,21
Outros ativos correntes	10.2	1 124,25	1 124,25
Caixa e depósitos bancários	10.4	134 313,92	109 890,68
		162 651,56	150 437,07
Total do ativo		416 137,97	381 756,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 380,16	12 380,16
Resultados transitados	10.5	290 561,32	256 021,43
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	20 500,00	21 000,00
		323 441,48	289 401,59
Resultado líquido do período		12 645,78	34 539,89
Total dos fundos patrimoniais		336 087,26	323 941,48
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	2 753,85	5 952,65
Estado e outros entes públicos	10.7	6 530,64	7 443,11
Diferimentos	10.3	19 404,49	0,00
Outros passivos correntes	10.8	51 361,73	44 419,44
		80 050,71	57 815,20
Total do passivo		80 050,71	57 815,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		416 137,97	381 756,68

A Direção

O Contabilista Certificado

INSTITUTO DO BOM PASTOR

"HAURIETIS AQUAS"

R. do Cruzeiro • 4446-538 Ermesinde

NIPC 500 868 522

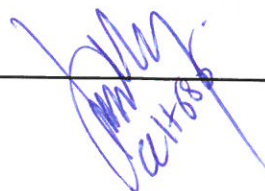
Tel. 229 710 558

info@ibompastor.pt

Luís Maria Pacheco da Silva

Fernanda da Silva da Silva Xavier

Nuno José da Costa Pereira



INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 500868522

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	28 145,47	33 703,79
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	564 156,74	565 648,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-93 790,90	-86 965,49
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-150 299,15	-158 491,06
Gastos com o pessoal	8	-320 962,84	-305 641,89
Outros rendimentos	10.11	2 899,72	3 166,15
Outros gastos	10.12	-1 796,63	-732,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 352,41	50 688,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-15 706,63	-16 148,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 645,78	34 539,89
Resultados antes de impostos		12 645,78	34 539,89
Resultado líquido do período		12 645,78	34 539,89

A Direção

O Contabilista Certificado

INSTITUTO DO BOM PASTOR
 "HAURIETIS AQUAS"

Quinta do Cruzeiro • 4445-538 Ermesinde

NIPC 500868522

Tel. 229 710 558

instituc@bompastor.pt

Luís Maria Pacheco do Silva
 Freixo da Beira, 10, 1.º andar, 1.º andar

Nuno José da Silva Xavier

[Handwritten signature]
 17/08/2023

Entidade: INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500868522

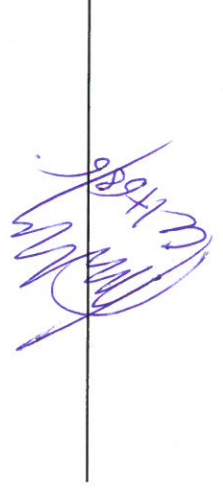
Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	Lar Crianças e Jovens	PERÍODOS	
				2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	7 568,00	20 577,47	28 145,47	33 703,79
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/8	-37 816,70	-376 937,04	-414 753,74	-392 607,38
Resultado Bruto		-30 248,70	-356 359,57	-386 608,27	-358 903,59
Outros Rendimentos	7/10.9/10.11	26 968,36	540 088,10	567 056,46	568 814,79
Gastos administrativos	4/10.10	-34 115,21	-131 890,57	-166 005,78	-174 639,31
Outros Gastos	10.12	-147,60	-1 649,03	-1 796,63	-732,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-37 543,15	50 188,93	12 645,78	34 539,89
Resultado antes de impostos		-37 543,15	50 188,93	12 645,78	34 539,89
Resultado líquido do período		-37 543,15	50 188,93	12 645,78	34 539,89

A Direção

O Contabilista Certificado

INSTITUTO DO BOM PASTOR
 "HAURIETIS AQUAS"
 Junta do Crúzeiro • 4445-638 Enximes de Cima
 NIPC 500 868 502
 Tel. 2297140/558
 Email: info@bompastor.pt
 Rua da Igreja, 6 Pacheco da Silva
 Freguesia de Autafães da Silveira
 Município de Vila Verde



INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		26 783,33	19 640,23
Pagamentos de apoios		-12 070,00	-20 462,82
Pagamentos a fornecedores		-210 651,09	-146 984,69
Pagamentos ao pessoal		-213 352,13	-205 159,63
Caixa gerada pelas operações		-409 289,89	-352 966,91
Outros recebimentos/pagamentos		428 834,02	375 952,86
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		19 544,13	22 985,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 773,99	-2 306,92
Investimentos financeiros		-961,64	-834,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	238,95
Juros e rendimentos similares		8,67	7,29
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-4 726,96	-2 894,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		9 606,07	18 056,84
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		9 606,07	18 056,84
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		24 423,24	38 148,11
Caixa e seus equivalentes no início do período		109 890,68	71 742,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	134 313,92	109 890,68

A Direção

Contabilista Certificado

INSTITUTO DO BOM PASTOR
 "HAURIETIS AQUAS"

Quinta do Cruzeiro - 4475-930 Ermesinde

NIPC 500 868 522

Tel. 229 710 558

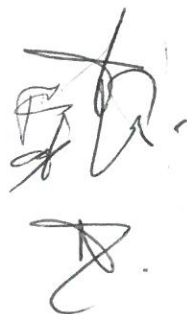
instituicao@ibompastor.pt

Filomena Pereira

Louis Maria Machado de Siqueira
Fernanda Bulhões da Silva Xavier

Nuno José da Costa Pereira

[Handwritten signature]
 17/12/22



INSTITUTO DO BOM PASTOR

“HAURIETIS AQUAS”

Anexo

Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Inventários	11
6	Rédito	12
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
8	Benefícios dos empregados	12
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
10	Outras Informações	13
10.1	Investimentos Financeiros	13
10.2	Outros Ativos Correntes	14
10.3	Diferimentos	14
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
10.5	Fundos Patrimoniais	14
10.6	Fornecedores	14
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
10.8	Outros Passivos Correntes	15
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
10.10	Fornecimentos e serviços externos	15
10.11	Outros rendimentos	16
10.12	Outros gastos	16
10.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
10.14	Acontecimentos após data de Balanço	16



1 Identificação da Entidade

O “INSTITUTO DO BOM PASTOR “HAURIETIS AQUAS”” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, que se encontra registada na Direção-Geral da Segurança Social no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social, na página 32 verso desde 18/01/1984, com sede no Largo das Oliveiras - Quinta do Cruzeiro, Ermesinde.

Tem os seguintes objetivos:

- Manter e educar adolescentes do sexo feminino que se encontrem com desvios de comportamento, com perturbações emocionais e com dificuldades de adaptação social devido a situações de carência;
- A educação e assistência do Instituto, orientadas pelos princípios cristãos, visam assegurar às educandas o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional e a criação de hábitos de trabalho que lhes permitam angariar meios de honesta subsistência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4/6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Terrenos	5.985,57				5.985,57
Edifícios	331.763,67				331.763,67
Edificações Ligeiras	46.310,88				46.310,88
Equipamento Básico	78.155,51	1.154,87			79.310,38
Equipamento de Transporte	52.957,22				52.957,22
Equipamento Administrativo	34.339,02				34.339,02
Equipamento Informático	20.295,29				20.295,29
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.448,06				2.448,06
Ativo Tangível Bruto	572.255,22	1.154,87	0,00	0,00	573.410,09
Remodelação Edifício	27.088,74	35.820,20			62.908,94
Investimentos em Curso	27.088,74	35.820,20			62.908,94
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	165.824,66	3.891,88			169.716,54
Edificações Ligeiras	27.229,72	7.718,47			34.948,19
Equipamento Básico	69.998,10	3.668,34			73.666,44
Equipamento de Transporte	52.957,22				52.957,22
Equipamento Administrativo	34.339,02				34.339,02
Equipamento Informático	19.053,56	427,94			19.481,50
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.448,06				2.448,06
Depreciações Acumuladas	371.850,34	15.706,63	0,00	0,00	387.556,97
Ativo Tangível Líquido	227.493,62	21.268,44	0,00	0,00	248.762,06

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	195,02	2.635,05	84.338,01	202,59	8.067,06	85.930,75	409,50
Total	195,02	2.635,05	84.338,01	202,59	8.067,06	85.930,75	409,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				86.965,49			93.790,90

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	28.145,47	33.703,79
Quotas de utilizadores	28.145,47	33.703,79
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8,67	7,49
Juros obtidos	8,67	7,49
Total	28.154,14	39.711,28

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2022			31-12-2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	464.616,77	0,00	0,00	448.553,50
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243,57
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	987,64
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	1.176,00	0,00	0,00	676,00
TOTAL		0,00	0,00	465.792,77	0,00	0,00	450.460,71

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram de “6”.

De um período para outro mantiveram-se os membros nomeados para o quadriénio 2021/2024, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Maria de Nazaré Jardim Soares da Costa;

Secretário – Luís Maria Pacheco da Silva;

Tesoureiro – Filomena Pereira Pimentel;

Vogal – Fernanda Eulália da Silva Xavier;

Vogal – Nuno José da Costa Pereira.

Conselho Fiscal

Presidente – Maria Amélia Soares Nogueira;

Vogal – António Manuel Sequeira Martins Rosa;

Vogal – José António Pinheiro de Carvalho Dionísio.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foram de "21" e em 31/12/2022 foram de "22".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	261.057,29	246.798,93
Encargos sobre as Remunerações	55.732,25	52.480,61
Indemnizações	0,00	2.475,93
Seguros de Acidentes no Trabalho	3.281,78	3.050,82
Outros Gastos com o Pessoal	891,52	835,60
Total	320.962,84	305.641,89

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2022 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	150

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas		
Participações de capital	300,00	300,00
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	4.424,35	3.525,99
Total	4.724,35	3.825,99

10.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Outros Devedores	1.124,25	1.124,25
Total	1.124,25	1.124,25

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	984,29	1.389,93
Rendas/Alugueres/Seguros antecipadas	131,39	0,00
Outros gastos a reconhecer	23.909,48	35.069,28
Total	25.025,16	36.459,21
Rendimentos a Reconhecer		
ISS, IP - Dotação	19.404,49	0,00
Total	19.404,49	0,00

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	2.535,51	3.644,44
Depósitos à ordem	19.278,41	22.746,24
Depósitos a prazo	112.500,00	83.500,00
Total	134.313,92	109.890,68

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.380,16	0,00	0,00	12.380,16
Resultados transitados	256.021,43	34.539,89	0,00	290.561,32
Outras variações nos fundos patrimoniais	21.000,00	0,00	-500,00	20.500,00
Total	289.401,59	34.539,89	-500,00	323.441,48

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	2.753,85	5.952,65
Total	2.753,85	5.952,65

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.778,73	2.760,34
Total	1.778,73	2.760,34
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.142,33	1.534,66
Segurança Social	5.301,63	5.832,58
Fundo Compensação do Trabalho	86,68	75,87
Total	6.530,64	7.443,11

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	46.500,13	0,00	44.259,44
Entidades do Setor Público Administrativo	0,00	4.701,60	0,00	0,00
Outros credores	0,00	160,00	0,00	160,00
Total	0,00	51.361,73	0,00	44.419,44

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	465.792,77	450.460,71
Doações e heranças - Donativos	98.363,97	115.187,93
Total	564.156,74	565.648,64

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	56.441,30	50.814,47
Materiais	3.845,45	6.681,03
Energia e fluidos	26.657,62	32.051,79
Deslocações, estadas e transportes	5.581,76	4.102,14
Serviços diversos	16.222,63	14.603,09
Encargos com utentes	41.550,39	50.238,54
Total	150.299,15	158.491,06

10.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	1,45
Outros	2.891,05	3.157,21
Juros obtidos	8,67	7,49
Total	2.899,72	3.166,15

10.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos	1.796,63	732,00
Total	1.796,63	732,00

10.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2022, foi o seguinte:

ERPI – 3 utentes;

Lar Infância e Juventude – 32 utentes.

10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ermesinde, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

INSTITUTO DO BOM PASTOR
"HAURIETIS AQUAS"
 Quinta do Cruzeiro • 4445-538 Ermesinde
 NIPC 500 868 522
 Tel: 229 740 558
 instituicao@bompastor.pt
 Nuno de Oliveira
 Presidente do Conselho de Administração
 Teresa da Silva
 Presidente do Conselho de Supervisão

Livro de Atas

ATA N.º 379

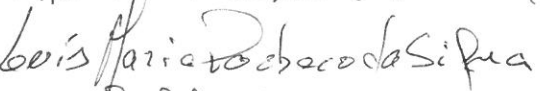
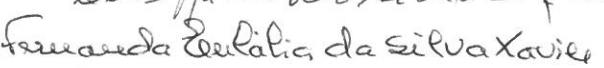
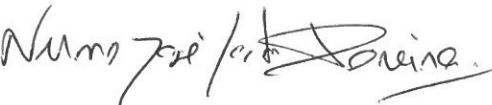
Ao vigésimo primeiro dia do mês de Abril de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, na sede social sita no Largo das Oliveiras, Quinta do Cruzeiro, freguesia de Ermesinde, concelho de Valongo, reuniu a direção do Instituto do Bom Pastor “Haurietis Aquas”, com o número de pessoa coletiva 500 868 522, estando presentes a Presidente da Direção, Ir. Nazaré Jardim, a Tesoureira, Ir. Filomena Pimentel, o Secretário Luís Pacheco, e os vogais, Nuno Pereira e Fernanda Xavier. Foi por todos demonstrada a vontade de se reunirem para deliberarem sobre o único ponto da Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: Aprovação das Contas do Ano 2022

Presidiu a Ir. Nazaré Jardim, que iniciou com uma oração e que, depois de verificar estarem preenchidos os requisitos legais, considerou a reunião validamente constituída, podendo, em consequência, deliberar de forma eficaz sobre o único ponto da Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: Os elementos da direção procederam à análise, aprovação e assinatura das Peças Finais de Apresentação de Contas do ano de dois mil e vinte e dois, documento este que vai ser entregue no Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Como não havia mais nada a tratar, deu-se por terminada esta reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada passa a ser assinada por todos os elementos da Direção presentes.

Presidente: 
Tesoureira: 
Secretário: 
Vogal: 
Vogal: 

Relatório e Parecer do Conselho fiscal
 Aos vinte e um dias do mês Abril de
 dois mil e vinte e três pelas quinze horas
 na sede do Instituto do Bom Pastor —
 "Harrietis Aguas" em Teresopolis —

estive reunidos o conselho fiscal —
 composto pelo presidente Maria Amélia
 Soares Nogueira o vogal António
 Manuel Berqueira Martins Rosa e ainda
 o segundo vogal José António Pinheiro
 Carvalho Dromio para análise as peças
 finais das contas do ano dois mil e
 vinte e dois desta Instituição: —

Este conselho, depois da análise verificou
 que as ditas peças finais se encontram em
 conformidade. —

Por não haver mais nada a tratar foi encerrada
 a sessão da qual foi lavrada a correspondente
 Ata: —

- o presidente: Maria Amélia Soares Nogueira
- 1.º vogal: António Manuel Berqueira Martins Rosa.
- 2.º vogal: José António Pinheiro de Carvalho Dromio